



ATA DE REUNIÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS -APPP DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA – UNILA

ATA N. 56 DE REUNIÃO DO COLEGIADO DE CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

1 Aos seis dias de outubro do ano de dois mil vinte e um às 15h00 reuniram-se por meio de confe-  
2 rência virtual os integrantes do Colegiado do Curso de Bacharelado em Administração Pública e  
3 Políticas Públicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila, Amilton  
4 José Moretto, Eduardo Fava Rubio, Gabriel Azcurra, Juan Agulló, Lúgia Maria Heinzmann, Lui-  
5 sa Nicole Angelo Melo, Maria Alejandra Nicolás e Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski. Jamur  
6 Marchi justificou sua ausência. A reunião é presidida pela Vice-Coordenadora Maria Alejandra.  
7 **Informes:** o curso de APPP integra a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de  
8 Públicas (ANEPCP), entidade que congrega diversos cursos, realiza encontros anuais, faz pes-  
9 quisas sobre o campo e realiza assembleias. Alejandra ressalta a importância da participação de  
10 todos de APPP nos eventos, pois há grandes debates a respeito de temas que abordamos cotidia-  
11 namente no curso. Alejandra participou da última assembleia e faz relato dos principais temas.  
12 Foi feito o balanço da última gestão e foi eleita uma nova diretoria. A ANEPCP atuou junto ao  
13 MEC pela manutenção das DCN da Administração Pública, colaboraram com pesquisa sobre  
14 revisão de normas eleitorais, sobre os cursos de Administração Pública (feita pela Confederação  
15 nacional dos municípios) entre outras pesquisas relevantes. A fundação João Pinheiro vai passar  
16 a contribuir com o campo de públicas. Como o curso integra a associação, há uma contribuição  
17 anual que deve ser paga, no ano passado a Reitoria realizou o pagamento, mas neste ano ainda  
18 não se sabe se a Reitoria da Unila poderá pagar. O colegiado solicita ajuda ao prof. Jamur, que  
19 atua junto à gestão da Unila, para que a anuidade seja paga e o curso continue fazendo parte da  
20 associação. O segundo informe diz respeito ao convite para participar do I Congresso Internacio-  
21 nal de Ciências Contábeis y Logística Empresarial - Univ. Colombia. O terceiro informe concer-  
22 ne a comunicação da empresa Gramado Parks. O último informe foi solicitação de registro de  
23 correção do nome do componente optativo que será ofertado pelo professor Wellington Nunes,  
24 que na Ata de 01/10/2021 constava como Políticas Públicas de Desenvolvimento Comparada,  
25 passe a constar Ideias, Instituições e Coalizões nas Políticas Públicas de Desenvolvimento. O  
26 **primeiro ponto de pauta** diz respeito aos processos de iniciativa de discentes. Julio César Cor-  
27 reia Ribeiro (processo n. 23422.016072/2021-64) pede o aproveitamento de Métodos e Técnicas  
28 quantitativas de Investigação Social (CPS0011) e Política social na América Latina I (SER0017).  
29 O parecer de Maria Lúcia recomenda o deferimento quanto à disciplina de Métodos e técnicas  
30 quantitativas de investigação social e atesta a impossibilidade de analisar o pedido quanto à dis-  
31 ciplina SER0017, já que não foi apresentado plano de ensino e parecer técnico da Secretaria  
32 Acadêmica. Amilton lembra que a disciplina SER0017 já tem equivalência com a disciplina de  
33 Políticas Sociais de APPP, que é obrigatória, então não poderia ser aproveitada como optativa.  
34 Cabe ao discente solicitar o aproveitamento da disciplina SER0017 como equivalente à obrigató-  
35 ria de Políticas Sociais de APPP, juntando os documentos necessários. O Colegiado aprova o  
36 pedido de aproveitamento quanto à CPS0011 como optativa e indefere o pedido da disciplina  
37 SER0017. Daine Letícia Silva de Oliveira (processo n. 23422.015952/2021-06) pede o aprovei-  
38 tamento de Métodos e Técnicas quantitativas de investigação Social (CPS0011) e Política social  
39 na América Latina I (SER0017). O parecer do coordenador recomenda o deferimento do pedido  
40 em relação ao componente CPS0011 – Métodos e Técnicas quantitativas de investigação social,



41 mas recomenda o indeferimento em relação ao componente SER0017, pois já foi definido em  
42 colegiado que SER0017 era equivalente ao componente obrigatório de APPP. O colegiado apro-  
43 va o parecer, de forma que é deferido o pedido de aproveitamento como optativa de CPS0011 e  
44 indeferido o pedido relacionado à SER0017. Elizabeth Shirley Venegas Rueda (processo n.  
45 23422.015212/2021-04) pede o aproveitamento de Teorias do desenvolvimento rural  
46 (DSA0012), o Colegiado defere o pedido de aproveitamento como optativa. Claudia Kelly Ma-  
47 mani Catachura (processo n. 23422.012861/2021-43) pede o aproveitamento de Direito Interna-  
48 cional Público (RII008) como equivalente a disciplina optativa Elementos de Direito Internacio-  
49 nal (ADM0022). O parecer opina pelo deferimento do pedido e o colegiado aprova. Katherine  
50 Soledad Alexandra Alarcon Ferrua (processo n. 23422.012599/2021-36) pede o aproveitamento  
51 de Elaboração e gestão de projetos públicos (ECO0026). O parecer de Lígia Heinzmann reco-  
52 menda o deferimento do pedido. Alejandra lembra que o Colegiado anteriormente confirmou  
53 equivalência entre essas disciplinas. O colegiado aprova o aproveitamento de ECO0026 como  
54 equivalente. Lígia ressalta que se o NDE modificar esta disciplina quando discutir a curriculari-  
55 zação da extensão, não será mais possível fazer a equivalência com a disciplina do curso de Eco-  
56 nomia. Wendel Gomes de Castro (processo n. 23422.012303/2021-74) pede aproveitamento co-  
57 mo optativa da disciplina de Economia política cursada em Serviço Social (SER0002). O parecer  
58 do coordenador é pelo deferimento do pedido, considerando que das 8 disciplinas optativas ne-  
59 cessárias para integralizar o currículo, 3 delas possam ser cursadas em áreas afins e, assim sendo,  
60 podem ser aproveitadas como optativas, até o limite de 3 (parecer da SAC de 13/8/2021). O pro-  
61 cesso de Giovanna Libardi Ferreira Martinez (processo n. 23422.012296/2021-69) chegou à Co-  
62 ordenação do curso com diversos planos de ensino de disciplinas cursadas em regime de EaD em  
63 outra instituição, sem pedido formal (formulário) e sem parecer técnico da Secretaria Acadêmi-  
64 ca. Aparentemente, a discente solicita aproveitamento como equivalência externa das disciplinas  
65 cursadas em curso técnico de nível superior em tecnologia de gestão pública em EaD na Unioes-  
66 te. Contudo, o curso da Unioeste é para formar Tecnólogo de nível superior (EADCSC03), não é  
67 de bacharelado, além disso, o curso é EaD e o bacharelado de APPP é presencial, o que torna  
68 inviável a equivalência. É importante que quando o discente protocola o pedido, deve registrar  
69 com clareza o que está a requerer e em relação a quais disciplinas. Havia um formulário padrão  
70 que era preenchido para dar início ao processo, lembra Lígia. Maria Lúcia ressalta que o proces-  
71 so chegou com um conjunto de histórico escolares, deixando ao colegiado a função de buscar  
72 entender qual é a pretensão inicial e fazer toda a análise de mérito e de pré-requisitos formais. É  
73 preciso que os processos sigam procedimentos já fixados em norma, cumprindo ritos que garan-  
74 tem a celeridade, a transparência e a segurança jurídica das decisões da Administração Pública.  
75 Estão faltando trâmites padronizados para garantir que os processos sejam objeto de decisão com  
76 imparcialidade e eficiência, inclusive para que no caso de equivalência de disciplinas, por exem-  
77 plo, não haja decisões contraditórias, obedecendo-se a uma jurisprudência pré-fixada sobre com-  
78 ponentes que são equivalentes. Eduardo relata que no Ilaach já ocorreu situação similar, de pro-  
79 cessos mal instruídos, mas com diálogo com a secretaria e departamento administrativo foi pos-  
80 sível fixar tutoriais, padronizar burocracias e tem acontecido menos falhas. **O segundo ponto de**  
81 **pauta** concerne a atualização de ementas e bibliografias de disciplinas do PPC do curso, realiza-  
82 das pelo NDE, bem como modificação de parágrafos do PPC a respeito das disciplinas optativas.  
83 A presidente do NDE explica que na reforma do PPC (Processo n. 23422.005156/2018-22, p. 12)  
84 o curso aprovou que das 8 disciplinas optativas a serem cursadas para integralização do currícu-  
85 lo, 3 delas podem ser cursadas em outros cursos (Ciência Política e Sociologia, Economia, Geo-  
86 grafia, Saúde Coletiva, Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, Relações Internacionais  
87 e Arquitetura e Urbanismo, conforme lista da p. 21 do PPC). No entanto, este limite não está  
88 explícito no texto do PPC disponível no site da UNILA, razão pela qual o NDE elaborou uma  
89 redação nova para os parágrafos relacionados às optativas. Além disso, o NDE ampliou a lista de  
90 cursos nos quais podem ser cursadas as 3 optativas, incluindo também Serviço social, Antropo-



91 logia e História (bacharelado). Desta forma, o PPC autoriza que disciplinas cursadas em: Antro-  
92 pologia, Arquitetura e urbanismo, Ciências Econômicas, Ciência Política e Sociologia, Desen-  
93 volvimento rural e segurança alimentar, Geografia (bacharelado), História/América Latina (ba-  
94 charelado), Relações Internacionais e Integração, Saúde coletiva e Serviço Social, até o limite de  
95 12 créditos, possam ser contabilizadas como optativas pelos discentes. O Colegiado aprova as  
96 modificações, que constam nas atas n. 26 (de 5 de outubro de 2020), n. 27 (de 6 de novembro de  
97 2020) e n. 28 (de 13 de maio de 2021), em anexo. Lígia recorda que foram solicitadas avaliações  
98 de todos os docentes do curso a respeito da inclusão da extensão nas horas de algumas discipli-  
99 nas e pouquíssimos professores responderam. Maria Lúcia relata que o tema da curricularização  
100 da extensão vai voltar a ser debatido em novembro, após juntarmos mais pareceres de docentes e  
101 análise dos documentos com experiências já implementadas em outras universidades. Houve  
102 reunião com o reitor esta semana na qual o tema foi discutido, pedindo-se que o Ciclo Comum  
103 participe do esforço de adaptar o seu currículo às exigências do Conselho Nacional de Educação.  
104 Por enquanto, não há indício nenhum de que o colegiado de ciclo comum vá inserir a curriculari-  
105 zação da extensão na sua grade. Com o número de docentes que tem o curso de APPP não surgi-  
106 ram ainda propostas viáveis de implementar esta exigência, o que gera grandes inquietudes em  
107 relação ao futuro do PPC. Alejandra comenta a complexidade dos projetos de extensão dos quais  
108 já participou e a seriedade com a qual a inserção na comunidade externa deve ser encarada.  
109 Amilton lembra que vai ser necessário um esforço conjunto de vários cursos para resolver este  
110 tema. Juan comenta os resultados da pesquisa implementada sobre os serviços públicos na fron-  
111 teira e menciona que futuramente podem subsidiar um projeto de extensão, colocando-se à dis-  
112 posição para colaborar. O Colegiado aprova as atas n. 26, 27 e 28 do NDE de APPP. O **terceiro**  
113 **ponto de pauta** refere-se ao pedido de afastamento para licença de capacitação da docente Maria  
114 Lúcia N. L. Brzezinski, após a leitura do pedido solicitação de afastamento para capacitação com  
115 data inicial 13 de abril de 2022, no qual menciona que a docente Cibele Cheron assumirá a disci-  
116 plina de Direito Administrativo II e a disciplina de Direito Financeiro e Tributário a docente se  
117 dispõe a ministrar em Curso de Férias. Foi comentado pela professora Lígia Maria que a docente  
118 somente observe se a Instituição escolhida para realizar o curso de capacitação está inserida na  
119 lista como aceita pela Progepe. No caso, a Instituição mencionada é o ENAP Escola Nacional de  
120 Administração Pública. A docente Lígia Maria se dispôs a assumir a presidência do NDE no  
121 período de afastamento da docente Maria Lúcia. Após conversa entre os docentes, os mesmos  
122 entenderam que não haverá prejuízo aos discentes e ao Curso. Assim, a aprovação do afastamen-  
123 to foi unanime. Nada mais havendo, encerrou-se a reunião às 17:00 horas, esta ata é assinada por  
124 mim, Profa. Maria Lúcia Brzezinski e pelos demais presentes.

125

126 Amilton José Moretto: \_\_\_\_\_

127

128 Eduardo Fava Rubio: \_\_\_\_\_

129

130 Ivonei Gomes: \_\_\_\_\_

131

132 Lígia Maria Heinzmann: \_\_\_\_\_

133

134 Luisa Nicole Angelo: \_\_\_\_\_

135

136 María Alejandra Nicolás: \_\_\_\_\_

137

138 Maria Lúcia Navarro Lins Brzezinski: \_\_\_\_\_



Emitido em 06/10/2021

ATA DE REUNIÃO DE COLEGIADO Nº 56/2021 - CAPP (10.01.06.02.04.03.03) Serviço Público Federal  
(Nº do Documento: 6)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 18/11/2021 12:46 )

AMILTON JOSE MORETTO  
COORDENADOR - TITULAR  
CAPP (10.01.06.02.04.03.03)  
Matrícula: ###327#3

(Assinado digitalmente em 17/11/2021 14:27 )

EDUARDO FAVA RUBIO  
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR  
ILAACH (10.01.06.01.04)  
Matrícula: ###661#0

(Assinado digitalmente em 17/11/2021 14:52 )

IVONEI GOMES  
ADMINISTRADOR  
DIAF (10.01.05.22.02)  
Matrícula: ###207#5

(Assinado digitalmente em 17/11/2021 14:28 )

LIGIA MARIA HEINZMANN  
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR  
ILAESP (10.01.06.02.04)  
Matrícula: ###244#8

(Assinado digitalmente em 17/11/2021 13:12 )

MARIA ALEJANDRA NICOLAS  
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR  
PPGPD (10.01.06.02.04.05)  
Matrícula: ###958#5

(Assinado digitalmente em 17/11/2021 13:45 )

MARIA LUCIA NAVARRO LINS BRZEZINSKI  
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR  
ILAESP (10.01.06.02.04)  
Matrícula: ###394#7

(Assinado digitalmente em 17/11/2021 21:46 )

LUIZA NICOLE ANGELO MELO  
DISCENTE  
Matrícula: 2018#####0

Visualize o documento original em <https://sig.unila.edu.br/documentos/> informando seu número: 6, ano: 2021, tipo:  
ATA DE REUNIÃO DE COLEGIADO, data de emissão: 17/11/2021 e o código de verificação: 99862012d6